
AS EXPEDIÇÕES

E OS MUSEUS:

RECIPROCIDADES

E PROMISCUIDADES*



MARIA CRISTINA OLIVEIRA BRUNO**

Resumo: O presente artigo reapresenta e problematiza as reciprocidades e promiscuidades entre a constituição de coleções e acervos, a historicidade dos museus e a realização de expedições como prática consolidada ao longo do tempo, comprometida com razões de administração dos processos coloniais, de estratégias políticas, de estímulos à elaboração estética e de produção científica. Trata-se de reflexão que busca indicar alguns sinais que têm consolidado a lógica das instituições museológicas até a contemporaneidade, considerando que a Arqueologia e a Etnologia musealizadas representam um papel importante neste contexto.

Palavras-chave: *Expedição. Acervo. Museu. Musealização.*

Em 2004, a cidade de São Paulo celebrou 450 anos realizando inúmeros estudos, seminários, festas, exposições, entre muitas outras manifestações que discutiram o município contemporâneo, sua historicidade e suas intenções para o futuro. Neste contexto, a Secretaria Municipal da Cultura recolocou e conduziu a retomada do Museu da Cidade (FRANCO, 2009), projeto que no passado já havia passado por muitas versões¹. Esta retomada, explicitamente direcionada para a contemporaneidade da metrópole em pauta, foi precedida pelo projeto “Expedição São Paulo 450 Anos”. Este projeto, por sua vez, tratou de buscar indicadores culturais para referenciar a cidade daquele mo-

* Recebido em: 20.03.2019. Aprovado em: 01.06.2019.

** Museóloga. Doutora em Arqueologia pela Universidade de São Paulo e Livre-Docente em Museologia pelo MAE/USP. Mestre em História Social. Especialista em Museologia pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Professora Titular em Museologia. *E-mail:* mcobruno@uol.com.br

mento, mas ancorados em perspectivas históricas, antropológicas, ambientais, políticas, entre outras, com vistas a servirem de base para a organização e salvaguarda de uma nova perspectiva de acervo municipal.

Essa empreitada, levada a cabo entre os dias 11 a 17 de janeiro de 2004, foi preparada ao longo dos cinco meses anteriores e se desdobrou em um expressivo conjunto de produtos, como um banco de dados das referências identificadas, a filmagem de toda a trajetória expedicionária, um site e um DVD sobre as rotas percorridas e os diálogos travados com os munícipes, uma exposição e, especialmente, o livro “Expedição São Paulo 450anos – uma viagem por dentro de São Paulo”. Neste livro, que contou com a participação dos viajantes e de especialistas convidados, fiquei responsável por diversos tópicos que narraram a lógica do projeto e a metodologia cotidiana dos trabalhos, mas em especial, elaborei o artigo “As Expedições no Cenário Museal”.

Este livro, como é comum em projetos desta natureza, teve divulgação restrita e, por isso, o mencionado artigo está sendo reapresentado neste dossiê. As razões subjacentes a esta decisão prendem-se à expectativa de ampliar o diálogo em torno da relevância que as expedições têm ao longo do tempo para a constituição e projeção de acervos e museus; o quanto estão na gênese dos mais variados processos de colonização que estas instituições explicitam e, portanto, estão no centro das discussões sobre a descolonização das instituições museológicas.

Para tanto, o texto a seguir é apresentado na íntegra em relação à versão precedente (páginas 36 a 47) do livro mencionado, apenas com a inserção desta apresentação e de considerações finais atualizando o debate, como também de subtítulos que organizam a narrativa, para além de novas notas referenciais inseridas ao final.

O OLHAR QUE VÊ E É VISTO: AS EXPEDIÇÕES

“o presente... é uma escolha de futuros possíveis”.
Milton Santos

As expedições têm um singular comprometimento com a construção dos elos de sentidos patrimoniais, valorizados e preservados pelos museus, ao longo do tempo e nos mais diferentes territórios. A idealização de rotas, a proposição de percursos para esquadrihar, investigar, explorar, proteger e dominar, propiciando a realização de coletas de espécimes da natureza, de artefatos e de outras expressões culturais, são ações que se entrelaçam nas raízes do colecionismo e na origem de muitos museus. É impossível refletir sobre os antecedentes das expedições sem abordar algumas características que evidenciam a singularidade do cenário museal e seu comprometimento com a formação de acervos e coleções.

Nas últimas décadas observam-se intensas discussões sobre os principais aspectos norteadores da historicidade dos fenômenos museológicos. Além dos próprios estudos históricos e teórico-metodológicos desenvolvidos pelos profissionais da disciplina Museologia, outros especialistas se interessaram pelo museu enquanto fenômeno sociocultural. Multiplicaram-se as análises, os estudos foram verticalizados e as pesquisas passaram a ter acentuado contexto interdisciplinar.

Por um lado, a preocupação recaiu sobre a compreensão das questões técnicas que envolvem as atividades curatoriais² relativas aos acervos institucionais, com o propósito de entender a cadeia operatória de procedimentos museográficos de salvaguarda

e comunicação. Trata-se de uma produção intelectual destinada a explicitar as entranhas das instituições e, especialmente, delinear as exigências técnicas dos processos de musealização³.

Por outro lado, já são expressivos os estudos que procuram compreender as razões desses processos, as especificidades que envolvem as ações entre as sociedades e as suas atitudes preservacionistas, e o papel que as instituições museológicas desempenham em um contexto sociocultural. A partir da interlocução entre diferentes áreas de conhecimento, estes trabalhos têm desvelado as características das ações museológicas, no que tange às noções de pertencimento, às atitudes de valorização patrimonial, às responsabilidades sobre o que é lembrado e preservado e o que é esquecido e abandonado. São trabalhos que ampliam os paradigmas da Museologia e qualificam os procedimentos das instituições museais. Da mesma forma, colaboram para que os museus orientem a sua vocação educacional e a sua natureza preservacionista.

Esses dois vetores de pesquisas são completados por uma terceira perspectiva, voltada para os levantamentos históricos sobre as origens das coleções e as especificidades das trajetórias dos acervos institucionais. Nestas análises, são privilegiadas as observações sobre as mentalidades que têm conduzido os museus ao longo dos séculos. São estudos caracterizados pela busca dos princípios que norteiam a lógica das instituições, que pontuam as estruturas de longa duração relativas à função social dos processos de musealização e, também, que analisam as rupturas que vêm incentivando novos modelos museológicos. Sabemos que os museus existem no mundo inteiro há muitos séculos e, apesar de assumirem múltiplas faces, é possível identificar pontos de encontro e semelhança entre as distintas instituições museológicas: são lugares para a memória que preservam os seus respectivos indicadores e referências e, assim, transformam os bens culturais em herança patrimonial.

Os museus chegaram até o século XXI como grandes repositórios de coleções ecléticas, como centros de saber e, ainda, como locais sacralizados e privilegiados. Esta conjuntura de características, que tem raízes muito fortes no Renascimento, nas Viagens das Grandes Descobertas, nas reflexões do Iluminismo, encontrou forte eco nos diferentes processos de Colonização que a Europa legou ao mundo, como, também, em uma burguesia econômica em ascensão nos últimos séculos. Dessa maneira, foram construídos grandes impérios de espécimes da natureza, de cultura material, de objetos, de vestígios, de signos, procurando aproximar os objetos interpretados e protegidos dos olhares interpretantes e desafiadores. Neste mundo globalizado, os museus, mais uma vez, foram valorizados e desempenham uma função estratégica no que diz respeito ao desenvolvimento econômico local e à participação em grandes programas de turismo e de educação. Considera-se, hoje, que estes lugares para a “administração da memória”⁴ são, por um lado, fóruns para a negociação cultural e, por outro, podem ser ainda considerados “a sede cerimonial do patrimônio onde se reproduz o regime semiótico com que os grupos hegemônicos o organizaram”⁵. Como lembra Roland Shaer,

informados que, no país onde as armas da República francesa eram saudadas pelos escravos, oprimidos pelos tiranos, existiam obras de arte dos grandes gênios, consideraram que o verdadeiro lugar de guarda, para a honra e progresso das artes era sob as mãos dos homens livres, ... Foi elaborada uma retórica exaltada para impor a idéia de que as obras de arte só poderiam permanecer nos países livres, destino natural para o que não pode ser apreciado onde reina a superstição e o despotismo (SHAER, 1993, p. 68).

No âmbito dessas análises é expressiva a atenção sobre a origem das coleções e as razões impulsionadoras da formação de instituições museológicas. Há um singular interesse em entender as atitudes individuais e coletivas que, atravessando os séculos, dirigem os olhares seletivos em relação à natureza e às expressões culturais, operam os enquadramentos perceptivos dos indicadores da memória e, especialmente, têm desenvolvido procedimentos para registro, proteção e valorização dos espécimes, dos artefatos e dos lugares, identificando-os como referências culturais e transformando-os em semióforos⁶. Pode-se afirmar que os fenômenos museológicos são o resultado do entrelaçamento entre os indicadores da memória transformados em bens patrimoniais e a sociedade contemporânea permeada, como em outros períodos, pela necessidade de dominar, rememorar, comemorar e deixar as suas marcas.

É consenso que um museu, qualquer que seja, deve responder a uma questão fundamental: o que é a condição humana⁷. As respostas a esta questão têm moldado instituições com diferentes perfis, mas sempre ancoradas na potencialidade dos acervos identificados, organizados e protegidos. É fundamental entender quais são as estratégias utilizadas pelas sociedades para a constituição de suas coleções, como os cidadãos selecionaram os seus referenciais patrimoniais, quais são as principais atitudes que têm impulsionado a coleta e a guarda de indicadores da memória, entre muitas outras inquietações.

Nas respostas encontradas há uma convergência para as observações sobre os caminhos que vêm sendo privilegiados para a constituição de coleções e acervos. Neste complexo contexto que tem permeado os museus há vários séculos, destacam-se as expedições.

As rotas, os roteiros e os percursos, concebidos e realizados em nome das mais diferentes razões, têm justificado a origem de grandes contingentes de patrimônio musealizado. Estes percursos foram orientados para os saques e as espoliações, para o tráfico ilícito de bens culturais, para as coletas dos exploradores naturalistas e para as investigações científicas. Em alguns casos, as expedições foram organizadas em nome de interesses econômicos, religiosos, políticos e os frutos de suas coletas acabaram se transformando em coleções museológicas. Em outros casos, são os próprios museus que realizam as expedições, com propósitos científicos e culturais. Apesar de diferentes origens, constata-se que, em algum momento, os frutos dessas estratégias contribuem, de forma singular, para a formação de instituições científico-culturais, desencadeando os processos preservacionistas. Essas estratégias, por sua vez, têm permitido a elaboração de uma pedagogia do olhar, apoiada não só na visão, mas na articulação entre os diferentes sentidos. Essa articulação não deixa de ser, também, uma forma de medir o mundo, de acordo com as intenções e tecnologias disponíveis. Nas palavras de Sergio Paulo Rouanet: “O olhar tem que ter os atributos principais: a lucidez e a reflexividade. Para ser lúcido, o olhar tem que se libertar dos obstáculos que cerceiam a vista; para ser reflexivo, ele tem que admitir a reversibilidade, de modo que o olhar que vê possa por sua vez ser visto” (ROUANET, 1989, p. 131).

Os acervos, resultantes das expedições, evidenciam a lucidez delimitada pelas diferentes realidades e intenções das rotas e dos percursos, mas possibilitam, também, a reversibilidade. Os processos museológicos, na busca do equilíbrio entre os procedimentos de salvaguarda e comunicação, submetem a novos olhares aquilo que foi visto, selecionado e preservado.

Os encadeamentos entre as intenções de planejar e percorrer; percorrer e olhar; olhar e perceber; perceber e selecionar; selecionar e registrar; registrar e coletar

têm servido para as mais diferentes propostas museológicas, estão na base da formação de inúmeros acervos e têm orientado a lógica e a função social de diversas instituições.

O OLHAR QUE TEM REGISTRADO E COLETADO: OS ACERVOS E OS MUSEUS

Os primeiros indícios das ações expedicionárias, que resultaram em apropriações de bens culturais e distintas concepções de proteção, podem ser identificados ainda na Antiguidade. O olhar voltado para a conquista e a dominação de territórios e populações foi sempre impregnado de uma atenção à natureza e às expressões culturais, especialmente no que tange aos contrapontos entre admiração e estranhamento; repulsa e proteção; valorização e abandono. De acordo com Aurora León, “foi o afã colecionista e propagandista que levou o monarca Asurbanipal a trasladar do Egito a Nínive, como saque de guerra, dois obeliscos e 32 estátuas, colocados temporalmente nas portas de Assur para que o povo os admirasse com orgulho” (LEÓN, 1978, p. 16).

Esses objetos, por sua vez, encontram-se, hoje, em museus europeus. Exemplos como este surgem em diferentes fontes bibliográficas e colaboram com a análise sobre as origens das ações patrimoniais.

Essas ações que propiciaram tantos encontros, influências e reciprocidades culturais, colaboraram, também, com os confiscos. Subjugar os vencidos, confiscando os seus bens, resultou na formação de tesouros que se transformaram em grandes coleções, vinculadas ao poder político e religioso. As oferendas religiosas, o mobiliário funerário, as relíquias e os despojos de guerra representaram os primeiros alvos de atenção, coleta, apropriação e ressignificação, nos contextos Mesopotâmico, Egípcio e Greco-Romano. Voltar de uma batalha sem mármore e bronzes gregos era não só privar a República romana de um prestígio reconhecido e ao povo de um patrimônio cultural crescente, mas também perder o status social que ficava a salvo com uma decoração caseira ou adornando lugares públicos.

Essas atitudes que estão na origem do hedonismo e do esnobismo, ainda nesta época irão se desenvolver, com outras características, na constituição dos tesouros. Percorrer territórios para dominar; dominar coletando bens culturais e transformar os bens culturais em tesouros como símbolos de distinção, aproximou as intenções político-econômicas das raízes dos processos preservacionistas. Com o passar dos séculos, as instituições científico-culturais se valeram das mesmas estratégias.

As expedições estão, também, na base da organização dos Gabinetes de Curiosidades, das Galerias de Arte e dos Antiquários a partir do século XVI, que deram origem aos grandes e enciclopédicos museus europeus criados no século XVIII, como o Musée du Louvre, na França e o British Museum, na Inglaterra. Às antigas atitudes hedonistas, que valorizaram o entesouramento como símbolo de poder econômico e político, foram desveladas outras características, como os valores formativo (humanista) e científico dos acervos. Este complexo universo das coisas e dos semióforos que está nas entranhas das coleções e dos museus, significa o esforço dos Homens para superarem a transitoriedade humana, na medida em que estes objetos permitem a relação do mundo visível com o invisível.

A partir desse período, o colecionismo amplia as suas redes de ação, atraindo o interesse de outros segmentos da sociedade e diversificando as estratégias de coleta e formação de acervos. Os emergentes burgueses passam a se interessar por estas ativi-

dades, financiando expedições, incrementando o mercado de antiguidades e formando os seus tesouros particulares. O colecionismo, neste período, começa a ser interpretado como um sinal de distinção individual, além de referência já histórica de poder. O ecletismo dessas coleções obriga e estimula a classificação e o estabelecimento de categorias; surge em Munique, em 1565, o primeiro manual propondo a organização das coleções. Elaborado por Samuel von Quicchelberg, esse tratado delineou o perfil de um museu ideal, ou seja, aquele que possuísse coleções da Natureza, de Antiguidades e de Artes⁸. As coleções se multiplicam e se diversificam pelas distintas regiões européias e muitas famílias reais e burguesas contratam profissionais para a conservação e a organização destes acervos. Os registros e documentos elaborados no âmbito das expedições passam a desempenhar um papel fundamental no que se refere à fidedignidade das coletas, exigindo a elaboração de critérios para sua organização e guarda.

Os séculos XVII e XVIII marcam a abertura para o público dessas instituições e, em muitos casos, a transformação em órgãos estatais. Muitos desses acervos passam a representar políticas de Estado e a sua disponibilização pública possibilita a abertura de diversos caminhos para as ressignificações culturais. É deste período, também, a estruturação técnico-administrativa das instituições museológicas.

As investidas bonapartistas são simbólicas neste contexto, pois contavam com a participação de especialistas que procediam à seleção das obras a serem confiscadas, amparados pelos termos dos próprios tratados de armistício. A entrada em Paris destas obras confiscadas e a dispersão pelos museus de província eram sempre acompanhadas de grandes desfiles e manifestações públicas. Neste período surge, o que é considerada a primeira crítica aos museus, a denúncia do historiador Quatremère de Quincy, em sua obra *“Lettres à Miranda”*, sobre o espírito de conquista que, a seu ver, é inteiramente subversivo em relação ao espírito de liberdade⁹. Este autor coloca em questão as razões que impõem as espoliações e o isolamento de fragmentos da vida artística de um povo, de uma época e de um lugar, com o objetivo de criar museus.

Essas críticas ficaram isoladas e foram poucos os intelectuais da “época das luzes” que perceberam a perversidade que acompanhou, ao longo dos séculos, a formação de instituições museológicas e o desenvolvimento de diversas áreas de conhecimento. Os interesses em esquadrihar o belo, em entender os processos da Natureza e buscar inspirações na Antiguidade, entre tantos outros apelos, não foram suficientes para assegurar os limites entre as reciprocidades das ações dos estudiosos e as idiossincrasias do poder. Ao contrário, as instituições museológicas dos países europeus hegemônicos deste período passaram a representar uma das expressões desta promiscuidade.

Os séculos XIX e XX assistem, por um lado, a hegemonia das ações expediçionárias alcançarem o auge de suas influências nos museus e, por outro, acompanham o desvelar dos problemas ocasionados pelo acúmulo de coleções e pela convivência com as estruturas de poder. Agora, amparadas por instituições científicas, as expedições crescem em número, de forma exponencial, e são decisivas para a afirmação de distintos ramos do saber, passando a fazer parte da metodologia de trabalho e de ensino, em especial dos estudos de História Natural, Arqueologia e Antropologia. Às antigas coleções herdadas do Renascimento e da Antiguidade, que embasam os Estudos Clássicos e de História da Arte, somam-se novos acervos provenientes de coletas de estudiosos e pesquisadores universitários.

Em nome da ciência, mas com rotas abertas pelas estratégias colonizadoras e viabilizadas por percursos assegurados pelo poder político e econômico, as instituições

museológicas se transformam em grandes repositórios de acervos e locais para a salvaguarda da documentação correspondente. Os museus criados nos países colonizados são moldados à semelhança dos europeus, seguindo os mesmos princípios que embasam as observações, as buscas e apreensões. As tradições que foram forjadas nos séculos precedentes e que justificaram a consolidação de impérios de acervos museológicos são consagradas e apoiadas pelos impulsos classificatórios que permearam o olhar positivista em relação ao meio ambiente e às sociedades.

As expedições científicas, ou mesmo quando surgem com outras identidades como “missões”, “comissões” ou “programas” representam, a partir desta época, a metodologia mais adequada para a formação e consolidação das instituições de pesquisa e preservação, como, também, servem de estratégia para a capacitação profissional e organização de associações voltadas à reunião de especialistas das mais variadas áreas do conhecimento. Em torno dessa metodologia são aprimoradas as técnicas de registro, organização e guarda das coleções, são incrementadas as pesquisas para a conservação dos bens patrimoniais e começam a ser identificados os desafios inerentes aos processos comunicacionais dos museus.

São muitos os exemplos de museus que se afirmam neste período, apoiados em expedições que atravessaram os continentes, entre os quais, destacam-se o Museum of Ethnology de Leiden, Holanda, os museus de Leipzig, Munique e Berlim, na Alemanha, e o Museum que congrega o Musée d’Histoire Naturelle e o Musée d’Ethnographie du Trocadéro, em Paris, França, substituído pelo Musée de l’Homme. Da mesma forma, a criação do Metropolitan Museum, em Nova York, Estados Unidos e do Tokyo National Museum no Japão, vem somar-se à proliferação de instituições congêneres nos países latino-americanos e africanos, como, por exemplo, o Museu de Antropologia de La Plata na Argentina e o Museu do Dundo, em Huambo, Angola.

Algumas expedições são identificadas como referências científicas nas distintas áreas de conhecimento. Cabe mencionar apenas a título referencial, entre muitas outras, a “The Benin Expedition of British Museum”, as diversas expedições realizadas pela “École Française de Prochain Orient” ou aquelas que o Museo Nacional de Ciencias Naturales de Madri implementou pelos países latino-americanos. Os interesses circulavam entre observações sobre a fauna e a flora, sobre artefatos de outros períodos históricos ou, ainda, sobre objetos das sociedades nativas.

De acordo com os estudos realizados por Douglas Cole (1985), resenhados por Dominguez (1986, p. 546-555), as práticas inerentes às expedições, no que diz respeito aos registros e às coletas, foram implementadas entre as metrópoles e suas respectivas colônias e, mais tarde, entre os estados nacionais e seus povos aborígenes. Assim, pode-se considerar que a história do colecionismo norte-americano na passagem dos séculos XIX e XX, por exemplo, evidencia ao mesmo tempo, a história do contato entre índios e brancos, a história da antropologia e a história do gosto estético, pois, os objetos colecionados serviam como metonímias para os povos que os produziram. Nesse contexto foi criado o Bureau of American Ethnology, como órgão proponente e controlador dessas iniciativas. Outro caso que não pode ser negligenciado corresponde às expedições organizadas por Franz Boas, que revolucionaram os museus de antropologia norte-americanos, e são sempre lembradas pelos desdobramentos expositivos que contextualizaram as coleções da costa noroeste dos Estados Unidos e estabeleceram galerias comparativas entre as diferentes dinâmicas culturais.

A Smithsonian Institution em Washington, o Field Museum of Natural History de Chicago e o American Museum of Natural History de Nova York são casos exemplares para diagnosticarmos o envolvimento da iniciativa privada em empreendimentos expedicionários e museológicos deste período. Berta Ribeiro coloca que

essa febre colecionista fazia parte do discurso de uma elite ilustrada euro-americana, que valorizava as expressões materiais indígenas e se sentia na obrigação de conservá-las, como um tributo do “mundo civilizado”, às populações colonizadas, que sofriam essa e toda sorte de espoliações. Era uma forma de preservar sua história hibernada nos museus, enquanto seus protagonistas definhavam e desapareciam (RIBEIRO, 1986, p. 111).

A “Mission ethnographique et linguistique Dakar – Djibouti”, concebida por Marcel Mauss em 1931, no âmbito do recém-criado Musée de l’Homme de Paris, acentuou as premissas emblemáticas das expedições. Segundo o seu coordenador,

para muitos viajantes, o essencial do trabalho etnográfico consistirá na coleta e organização de coleções de objetos. É uma parte da museografia, que compreende também os procedimentos de conservação e exposição dos objetos. É um ramo da etnografia descritiva, a museografia registra os produtos de uma civilização, todos os produtos, sob todas as formas... As coleções dos museus restam o único meio de escrever a história (MAUSS, 1967, p. 17).

Esse interesse pela captura da memória e tradição alheias vai influenciar, também, expressões estéticas das mais variadas linguagens e, ainda hoje, as coleções e os acervos, cujas origens estão distantes no tempo e no espaço, estimulam a criatividade e desafiam os limites da reversibilidade, mediante diferentes interpretações e formas de representações. São sobejamente conhecidos os impactos que a cultura material de diversas regiões africanas causou em artistas europeus e as inspirações que a estética aborígene da Oceania propiciou às populações euro-americanas, como, também, é explícita a importância das descobertas das obras da antiguidade e mesmo dos períodos pré-históricos na construção dos discursos sobre a estética do século XIX.

As expedições continuaram pontuando a criação dos museus e de outras instituições culturais ao longo do século XX. A organização das Exposições Universais¹⁰ serviu de estímulo para novas investidas; a especialização das áreas de conhecimento despertou novos olhares investigativos e a criação de novos modelos de instituições científico-culturais; a consolidação do ensino universitário permitiu a disseminação das metodologias expedicionárias; o impacto da industrialização orientou os olhares para as práticas culturais com risco de extinção e determinou a organização de coleções com vistas à preservação; os riscos causados pelo desequilíbrio ambiental impulsionaram revisões nos processos de registro e coleta; os confrontos ocorridos nas duas guerras mundiais que ocasionaram a dominação entre populações, o confisco e a apropriação dos bens culturais das sociedades oprimidas e destruídas são alguns dos fatores que ampliaram o escopo das expedições e aprimoraram as suas estratégias para as devidas inserções no universo da demanda contemporânea.

Entre as muitas iniciativas, podemos citar a atuação de George Henri Rivière, que percorreu as distintas regiões francesas coletando referências patrimoniais e realizando minuciosos registros sobre as manifestações culturais, com o objetivo de criar o acervo para a constituição do Musée des Arts et Traditions Populaires de Paris, ou,

mesmo, as incursões coordenadas por Michel Giacometti que cruzaram Portugal com os mesmos objetivos, cujos frutos das coletas foram adquiridos pela Câmara Municipal de Setúbal e serviram de inspiração para a formação do Museu do Trabalho. As marcas dos processos de colonização também persistiram e são notáveis as coletas que foram realizadas ainda nas décadas dos anos sessenta e setenta e consubstanciaram importantes museus, como o Museu Nacional de Etnologia de Lisboa, Portugal, e o Musée D’Ethnographie du Neuchatel, Suíça.

OS REFLEXOS DAS EXPEDIÇÕES NAS INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS

O Brasil tem sido intensamente esquadrihado por expedições, a partir de olhares estrangeiros e exploratórios que saquearam e confiscaram, passando por olhares que buscaram os indícios da identidade nacional e outros que procuraram as bases para afirmações nacionalistas. Identificam-se, também, os olhares que se preocupam em vincular os longínquos vestígios arqueológicos com as sociedades contemporâneas ou, ainda, aqueles olhares que fixam sua atenção na diversidade estética das manifestações culturais brasileiras ou na valorização do meio ambiente. São olhares que articulam todos os sentidos, aproximam os interesses econômicos dos desafios acadêmicos e são também permeados por preconceitos, por perspectivas centralizadoras e delimitados pela força da lei. Entretanto, são olhares que têm colaborado com algumas explicações sobre a nossa condição humana.

Segundo Otavio Ianni:

em cada época marcante da sua história a sociedade brasileira tem sido levada a pensar-se novamente. É como se ela se debruçasse sobre si mesma: curiosa, inquieta, atônita, imaginosa. Não só formulam-se novas interpretações como renovam-se as anteriores. Podem mesmo recriar-se ideias antigas, parecendo novas (IANNI, 1990, p. 19).

A história das expedições é desvelada, pela primeira vez, a partir do trabalho “Os naturalistas viajantes dos séculos XVIII e XIX e o progresso da etnografia indígena no Brasil”, apresentado por Teodoro Sampaio no Primeiro Congresso de História Natural (1914) e, ainda, pelo relato do jesuíta Carlos Teschauer, no Congresso Internacional de História da Arte (1922). Ao lado da Coleção Brasileira, que foi impulsionada por Fernando de Azevedo, esses trabalhos significam as inéditas tentativas de organização documental e de avaliação crítica das explorações expedicionárias.

Em um primeiro momento, as expedições estrangeiras tinham o propósito de realizar inventários sobre a fauna, a flora e os costumes das sociedades nativas da colônia portuguesa, a partir da elaboração de preciosos diários de viagens, ilustrados com extremo requinte e da organização de coleções para seus países de origem ou mesmo para a metrópole portuguesa. Os frutos dessas coletas e, em especial, os seus múltiplos registros, contribuíram com a construção da idéia sobre o Brasil na Europa. São sempre lembradas as diversas expedições realizadas após a chegada ao Brasil, no século XIX, da comitiva que acompanhou a princesa Leopoldina, filha do ex-imperador da Alemanha e então imperador da Áustria, para o seu casamento com D. Pedro, futuro imperador do Brasil. Destacam-se, entre outros, os percursos realizados por Von Martius e Von Spix que cruzaram o território, dos arredores do litoral ao isolamento do sertão, che-

gando à Amazônia, como, também, as viagens do pintor Thomas Ender, que retratou as paisagens e as cenas do cotidiano.

A “Missão Artística Francesa” é outra referência quando identificamos a importância dos registros deixados por seus participantes, como Joaquim Lebreton, Jean-Baptiste Debret, Nicolas Antoine Taunay, Auguste Marie Taunay, Marc Ferrez e Grandjean de Montigny, no que diz respeito às representações de paisagens, das manifestações culturais e de cerimônias oficiais. O botânico francês Saint-Hilaire, a partir de outra expedição (1816 – 1822), deixou significativos registros e impressões sobre os recursos naturais e críticas agudas sobre o regime colonial. Da mesma forma, são fundamentais para a compreensão do país que estruturava suas bases enquanto nação, os documentos resultantes das expedições de Humboldt, Langsdorf, Natterer e Selow que, apoiados por José Bonifácio de Andrada e Silva, realizaram grandes expedições por diferentes regiões brasileiras. Parte destas coletas estão, hoje, no Museu Nacional¹¹ do Rio de Janeiro.

Essas expedições, entre tantas outras, misturaram interesses comerciais e científicos, aproximaram mercadores de artistas e os europeus colonizadores das sociedades brasileiras colonizadas. Por um lado, houve espoliação e favorecimento para a retirada de referências culturais, mas, por outro, houve a construção de um ideário sobre as especificidades deste território e das sociedades que aqui viviam. Permitiram, também, a elaboração de minuciosas descrições sobre a realidade cotidiana da Colônia, enquadramentos estéticos do exuberante meio ambiente tropical e registros sobre a população a partir de diferentes técnicas e suportes. Esses encontros com estrangeiros facilitaram, ainda, a aproximação com as idéias liberais e nacionalistas e multiplicaram o número das sociedades secretas. Não é exagero afirmar que ampliaram a compreensão sobre a nossa condição humana e representam vigorosas explicações sobre o Brasil. Para Luiz de Castro Faria,

essas explorações não visavam apenas descobrir, ou revelar, mas sobretudo, em muitos casos, colecionar. Os museus de história natural e de etnografia são instituições do século XIX, e não teria sido possível criá-los e engrandecê-los sem as viagens de exploração científica. Criados pelo colecionismo, eles se tornam depois os grandes empresários do colecionismo (FARIA, 2000, p. 8).

A herança dessas expedições é partilhada, atualmente, por diferentes instituições em distintos países. Diversas coleções estão sob a salvaguarda de museus, outras foram disseminadas pelo mercado de arte e algumas estão em bibliotecas ou arquivos no âmbito das obras raras. Os olhares desses viajantes evidenciam a lucidez de sua época e têm permitido diversas reversibilidades. Em alguns casos, essas obras misturam-se em galerias expositivas ou nos laboratórios de pesquisa dos museus e têm servido para o resgate das noções de identidade e pertencimento da sociedade brasileira, a partir de novas interpretações. Em outros casos, essas coleções estão guardadas em reservas técnicas e distantes de novos olhares interpretantes.

Neste país, tanto o Império quanto a República, valeram-se de expedições para dominar o território e a população, e o fruto destas investidas é responsável pela formação e consolidação de instituições, em um primeiro momento nos grandes centros e, com o passar das décadas, disseminadas nas diferentes regiões. Além das expedições do início do período colonial, destacam-se outras iniciativas conduzidas pelos

interesses dos projetos imperiais e comprometidas com as instituições nacionais.

Merecem atenção os esforços da “Comissão Científica de Exploração” (1854), que procurou contrapor-se às investidas estrangeiras e, também, teve o propósito de conhecer o

interior desconhecido do país que forneceria não só informações sobre climatologia, topografia, cursos de rios, minerais, plantas, animais, costumes, língua e tradição dos indígenas, o que permitiria ao governo melhor conhecer as urgências e potencialidades do interior, como também a aquisição de preciosas coleções dos reinos orgânico e inorgânico para o nosso Museu (LOPES, 1995 p. 136 e 137).

Outro caso singular foi a “Comissão Científica do Ceará” (1859 – 1861) que contou, inclusive, com a participação do poeta Gonçalves Dias, e realizou coletas da fauna e da flora, cujas coleções encontram-se divididas entre o já mencionado Museu Nacional e o Instituto Histórico e Geográfico da cidade de Fortaleza.

Os anos que permearam as lutas pela proclamação da república acompanharam, também, o apogeu das iniciativas expedicionárias com os propósitos de mapear o país, a partir da valorização que o próprio imperador D. Pedro II dava a estes projetos, incentivando as ações da “Comissão Geológica do Império do Brasil”, coordenada pelo geógrafo canadense Charles Frederick Hartt, e realizando as suas próprias incursões de viajante interessado pelo território brasileiro. Essas expedições se multiplicam e consagram nomes como Roquete Pinto, Marechal Rondon, Kurt Nimuendaju, Alexandre Rodrigues Ferreira, Domingos Ferreira Pena, Ladislau Neto, Câmara Cascudo, entre outros.

Os museus brasileiros surgem neste contexto, a partir dos mesmos princípios subjacentes ao colecionismo e à necessidade de classificar o mundo, em compasso muito sincronizado com instituições científico-culturais dos países latino-americanos. Organizam-se mediante a mesma lógica dos museus europeus e norte-americanos, embora o território e as populações, desde o século XVI, já fossem alvo dos olhares estrangeiros e expedicionários. De acordo com Lopes, (op cit 1995, p. 26),

o costume de remeter à Metrópole produções da natureza do Brasil - animais, plantas, minerais, adornos indígenas e, mesmo os próprios indígenas – remonta à chegada dos portugueses. Mas foi a partir da segunda metade do século XVIII, nos governos dos Vice-Reis Conde da Cunha, Marques de Lavradio e Dom Luis de Vasconcelos e Sousa, que esse hábito se tornou uma atividade intensa e sistemática.

Assim, surge no Rio de Janeiro a “Casa dos Pássaros”, que pode ser compreendida como um entreposto comercial, mas, também, pode ser analisada como uma das bases da criação do citado Museu Nacional, hoje vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Acompanhando essas tendências e evidenciando expressivo desenvolvimento econômico, são formados o Museu Paraense Emílio Goeldi em Belém, o Museu Paulista em São Paulo, o Museu Paranaense em Curitiba e o Museu Botânico do Amazonas, em Manaus, que disputam com os Institutos Históricos e Geográficos o domínio pelos espécimes da natureza e artefatos produzidos pelas sociedades nativas das diferentes regiões brasileiras. Ampliam este cenário o Museu Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro e a Pinacoteca do Estado de São Paulo, reunindo a produção artística.

As expedições relacionadas às diversas atividades missionárias das ordens religiosas disseminadas por todo o país resultaram, também, na criação de museus, como é o caso do Museu Dom Bosco de Campo Grande ou do Museu do Colégio Catarinense de Florianópolis. As sociedades científicas e as escolas de arte incentivam esta prática e, via de regra, organizam as suas próprias instituições de pesquisa, ensino e preservação.

A lógica de muitas instituições brasileiras tem sido elaborada e rearticulada a partir de acervos resultantes de espólios de viajantes, estimulados pelos mais diferentes desafios e responsáveis por coletas impregnadas por olhares ilustrados e seletivos e de concepções patrimoniais que se afirmam mediante o entesouramento de bens culturais transformados em indicadores da memória. Entretanto, as mudanças tangenciam, lentamente, os museus brasileiros e conduzem à busca de novos modelos institucionais no que tange à forma e conteúdo.

Em São Paulo, a “Comissão Geográfica e Geológica da Província de São Paulo”, criada em 1886, representa um dos principais elos entre um passado colonial inexpressivo e a emergência do poder econômico que permeou as primeiras décadas do século XX deste Estado. Atuou durante 45 anos, explorando e documentando o território paulista e a sua criação foi justificada junto à Assembléia Legislativa Provincial, em função

dos embaraços com que luta a administração da província para formar um plano geral que atenda às necessidades do seu desenvolvimento e para estudar com segurança as questões que se prendem a este objeto, obstando também à justa ponderação dos cometimentos da iniciativa particular para dilatar o campo das explorações industriais e agrícolas, avulta a ausência de informações exatas e minuciosas sobre geografia, relevo, solo, vias de comunicação, estrutura geológica, riqueza mineral e caráter das diversas qualidades de terras¹².

Entre os seus principais colaboradores figuram os nomes de Alberto Loefgren, Orville Derby, Theodoro Sampaio. Os acervos que resultaram dessas pesquisas se confundem com a origem de diversas instituições estaduais, tais como: Instituto Florestal, Instituto de Botânica, Instituto Geológico, Instituto Astronômico e Geofísico, Instituto Geográfico e Cartográfico da Secretaria de Economia e Planejamento, Fundação para a Conservação e Produção Florestal, Centro Tecnológico de Hidráulica e Recursos Hídricos, Museu Paulista, Museu de Zoologia e Museu de Arqueologia e Etnologia que, hoje, estão organizadas no âmbito da Universidade de São Paulo ou vinculadas às estruturas básicas da administração pública.

Por um lado, os frutos desses olhares investigativos foram transformados em referências patrimoniais e alimentam o desenvolvimento científico e a educação museológica e, por outro, representam a origem dos modelos de gestão estadual. Esta herança permeia até hoje as instituições de ensino e pesquisa, representando um dos elementos das suas estruturas de longa duração.

Outra fonte que alicerça as nossas tradições expedicionárias e preservacionistas corresponde às ações que giraram em torno de Mario de Andrade, especialmente no que diz respeito às atividades do “Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo”, a partir dos anos da década de trinta, que propiciaram expedições internas ao município, registrando os seus caminhos, valorizando os seus monumentos e incentivando as manifestações culturais, como, também, da “Missão de Pesquisas Folclóricas” que, percorrendo o Norte e o Nordeste, coletou referências patrimoniais relativas à

grande parte da população paulistana. Esta herança permeia até hoje as instituições da cidade e colabora com o ensino universitário e com incontáveis ações culturais. Mario de Andrade não só foi um grande colecionador, mas concebeu diversos museus, lutou por eles e defendeu as suas ideias sobre a importância destas instituições. Chegou a advertir de que

a sua transformação técnica não é o que nos interessa, muito mais importante é a sua transformação moral. ...o verdadeiro museu não ensina a repetir o passado, porém a tirar dele tudo quanto ele nos dá dinamicamente para avançar em cultura dentro de nós, e em transformação dentro do progresso social. Ao mesmo tempo em que a tradição do verdadeiro nosso, legítima por ser nós, preserva em nossas sociedades aquelas raízes seculares, sem as quais o homem perde o equilíbrio, fica solto... (ANDRADE, 1938, p. 1-5).

É possível afirmar que essas estratégias fundadoras da nossa noção de pertencimento estabeleceram uma rede de conexões, atuante até os dias de hoje, cujos elos estão na base da formação da “Comissão de Pré-História”, por Paulo Duarte, com o objetivo de encontrar os vestígios da origem do homem americano; nas pesquisas realizadas por Claude Lévi-Strauss e Herbert Baldus, que explicitaram questões fundamentais sobre as sociedades nativas; no modelo de ensino desenvolvido pela Escola de Sociologia e Política, que evidenciou a dimensão aplicada desses olhares seletivos; e na organização das associações em torno das manifestações folclóricas, que sinalizam para a discussão entre as tradições e as transformações culturais, entre muitas outras perspectivas delineadas por distintas instituições.

Cabe registrar, ainda, que entre os anos de 1933 a 1968 funcionou o Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil, cujos fundos documentais encontram-se depositados no Museu de Astronomia e Ciências Afins, do Ministério da Ciência e Tecnologia, no Rio de Janeiro. De acordo com Castro Faria,

trata-se substantivamente de um acervo de documentos oficiais de controle de expedições estrangeiras no Brasil, e, portanto, o da burocracia de um aparelho de Estado, mas também de documentos espontâneos, de expedicionários de origens diversas – nacionalidades diferentes, ligações com institutos científicos de peso e finalidades desiguais, franco-atiradores. Esse duplo caráter confere ao conjunto um significado especial. Nele estão presentes duas representações – como o Brasil via os estrangeiros que classificava como expedicionários, e esses expedicionários representavam o Brasil como lugar preferido. Note-se logo que o aparato fiscalizador do Estado equiparava às ‘expedições estrangeiras de qualquer natureza’ as ‘expedições nacionais de iniciativa particular’... Isto é, a suspeição do estrangeiro estendia-se ao nacional privado. Só com o auxílio desse Arquivo – matéria prima insubstituível – poderá ser construída a história de um dos períodos mais obscurecidos do nosso passado recente (FARIA, 2000, p. 7).

As ações desse Conselho, conduzidas por um comitê interdisciplinar, confundiram-se, em alguns momentos, com a viabilização dos projetos pedagógicos nacionalistas da época e apoiaram-se na legislação de proteção ao patrimônio histórico e artístico, colocada em prática a partir de 1937¹³. Da mesma forma, contribuíram com os controles impostos pelo Serviço de Inquéritos Políticos Sociais, criado por Filinto Muller, para domesticar o espaço social e mantê-lo sob vigilância.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos anos de 1940 o Brasil conta com diferentes mecanismos reguladores de controle sobre as expedições, coletas, armazenamento e constituição de acervos, que têm se ampliado de forma exponencial e consolidado instituições nos diferentes estados do país. Esses regramentos, que estão afeitos aos municípios, aos estados e à federação, receberam um grande impulso com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil em 1988. Por um lado, as investidas científicas e econômicas em território nacional passaram a observar diferentes legislações, normas de procedimentos e códigos de ética. Mas, por outro, constata-se um enorme litígio entre esses princípios e os desafios inerentes aos sucessivos planos de desenvolvimento nacional. No meio desses litígios, as expedições, as coletas, as constituições de diferentes acervos, as produções acadêmicas, continuam direcionando os seus olhares. Para a perspectiva museológica, no Brasil do século XXI, as reciprocidades e as promiscuidades ainda são muito expressivas e entrelaçam expedições, acervos e museus.

As expedições impulsionadas pelos artistas, zoólogos, botânicos, museólogos, sociólogos, historiadores, antropólogos, folcloristas, entre muitos outros especialistas, que percorrem o país em todos os sentidos, têm produzido importantes registros sobre as práticas e tradições culturais e sobre os ecossistemas, continuando a orientar a formação de acervos. Seria impossível mencionar todos os nomes referenciais e as importantes instituições que, nos últimos anos, procuram entender melhor as entranhas do território paulista e brasileiro, desvelam as nossas origens e o nosso processo histórico, aproximam os horizontes regionais confrontando com a nossa realidade e têm possibilitado a organização dos nossos indicadores de memória.

Entretanto, a atual legislação brasileira é bastante refinada e tem controlado, por diferentes meios e ações governamentais, as investidas pelo país. Nas últimas décadas, a proliferação de grandes empreendimentos em todas as regiões brasileiras, que causam impactos ambientais, propiciou o surgimento de novas práticas expedicionárias, com forte expressão preventiva e pautadas pelo tempo dos empreendimentos, mas, ainda, são responsáveis pela constituição de acervos. A intensidade com que esses empreendimentos têm sido realizados, mesmo considerando a mencionada legislação, trouxe novos desafios para as instituições no que tange à quantidade expressiva de referências culturais, coleções e acervos coletados e armazenados em museus e instituições congêneres em todas as regiões brasileiras. Neste contexto, despontam os acervos arqueológicos evidenciados e coletados a partir de projetos de licenciamento ambiental, levando os profissionais da área a criarem um fórum de debates direcionado para abordagens relativas aos problemas inerentes à salvaguarda e comunicação dos acervos e dos estudos correspondentes¹⁴.

Podemos destacar, desse período mais recente, três grandes movimentos que se confundem na sinuosa historicidade dos museus. Ao lado das explorações científicas que multiplicaram os acervos e amplificaram as suas potencialidades de ressignificações, identificamos as primeiras iniciativas direcionadas para a elaboração de normas, códigos e leis protecionistas em relação ao patrimônio cultural. A essas duas variáveis que, em um segmento, desdobram os problemas em novas questões atinentes à diversidade cultural, à polaridade entre erudito e popular, ao uso dos recursos naturais, aos símbolos nacionais, entre outros e que, em outro segmento, procuram submetê-los a dogmas legais e procedimentos preservacionistas, somam-se os estudos

que começaram a valorizar a importância dos acervos e coleções para a educação da memória.

Entretanto, a profunda crítica a que os museus foram submetidos ao longo do século XX é responsável pelas mudanças, ainda em curso, dos métodos de trabalho e da revisão e requalificação dos procedimentos de apropriação dos bens culturais. As expedições são, atualmente, orientadas por códigos de ética; os museus, cada vez mais, têm suas gestões partilhadas com distintos segmentos da sociedade e as decisões sobre os acervos devem respeitar acordos e normas internacionais. A articulação, essencial às expedições, entre as intenções, os olhares e os registros, ocorre a partir de outros princípios. A lucidez e a reflexividade são assumidas a priori, na perspectiva do encontro potencializado nos percursos.

O acúmulo de acervos deu lugar ao respeito às práticas culturais, as referências patrimoniais têm, gradativamente, ocupado o espaço das coleções exaustivas e as ações de extroversão têm procurado os caminhos da inclusão social. Hoje, as expedições percorrem as suas rotas conscientes da necessidade do diálogo e do refinamento de atitudes nas trocas culturais. A “Expedição São Paulo” de 1985, a partir da parceria com o Jornal da Tarde, já representou um passo importante em direção à aproximação com novos interlocutores e a socialização dos resultados relativos às observações. A “Expedição São Paulo 450 Anos”, por sua vez, avançou no sentido de estabelecer um forte elo entre a sua realização e a proposição de um novo conceito para o projeto do Museu da Cidade.

A partir de uma perspectiva museológica, diversas perspectivas têm sido valorizadas no que diz respeito às aproximações entre referências patrimoniais/acervos e os diferentes segmentos das sociedades, a partir da experimentação de novos modelos de musealização, como os ecomuseus, museus comunitários, museus de território, entre outros.

Desde a segunda metade do século passado surgiram novos modelos museológicos e novas concepções preservacionistas. Cresce o estímulo às atitudes de repatriamento de bens culturais; as reivindicações inerentes às ancestralidades culturais encontram eco nas diretrizes de governos democráticos e os direitos à acessibilidade ampliam os seus objetivos e atingem novos interlocutores. As intenções das rotas têm sido profundamente alteradas e os registros do que é visto contam, hoje, com infinitos recursos tecnológicos. É preciso, refinar o olhar, treiná-lo para estar apto a descobrir a reentrância da cicatriz, perceber as inflexões, descobrir o relevo na inscrição, para encontrar aquilo que singulariza e identifica.

Apesar de muitas iniciativas, registradas em estudos e certames acadêmicos, as reciprocidades e promiscuidades entre expedições e museus permitem nos dias de hoje um vasto cenário de análise sobre os processos coloniais em diferentes níveis e, ao mesmo tempo, são uma alavanca para as discussões sobre a necessária descolonização dos museus.

EXPEDITIONS AND MUSEUMS: RECIPROCITIES AND PROMISCUITS

Abstract: The present article re-presents and problematizes the reciprocities and promiscuities between the constitution of collections, the historicity of museums and the execution of expeditions as a consolidated practice over time, committed to reasons of administration of colonial processes, political strategies, stimuli aesthetic elaboration and scientific production.

21 *It is a reflection that seeks to indicate some signs that have consolidated the logic of museolog-*

ical institutions to contemporaneity, considering that musealized archeology and ethnology play an important role in this context.

Keywords: *Expedition. Collection. Museum. Musealization.*

Notas

- 1 Para entendimento sobre os diversos projetos relativos ao Museu da Cidade de São Paulo ver “Museu da Cidade de São Paulo: as mudanças éticas sonhadas por Mario de Andrade”. In: Revista do Arquivo Municipal. Secretaria Municipal da Cultura de São Paulo, n. 204, p. 119-127.
- 2 O elenco das atividades curatoriais pode ser compreendido no âmbito das ações museológicas de aquisição, estudo, conservação, documentação, exposição, ação educativo-cultural e avaliação, orientadas para a organização e extroversão de acervos, com vistas à produção de conhecimento e preservação patrimonial (p. 3).
- 3 Entende-se por processo de musealização o conjunto de procedimentos de salvaguarda e comunicação museológicas, articulados a partir da perspectiva preservacionista e as respectivas inserções socioculturais, no que tange à conscientização sobre o patrimônio (p. 3)
- 4 Este conceito é apresentado por Ulpiano Bezerra de Meneses no artigo “A História Cativa da Memória? Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais”. In: Revista do IEB/SP, São Paulo, n. 34, p. 4, 1991.
- 5 Esta avaliação é proposta por Nestor Garcia Canclini em sua obra “Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade”, São Paulo: Editora da USP, 1998. 169p. (p. 5).
- 6 O termo semióforo é discutido em diversas obras, mas, para o interesse deste trabalho devem ser consideradas as abordagens de K. Pomian (Coleção. Enciclopédia Einaudi/Memória – História 1. Imprensa Nacional. Casa da Moeda. Porto, 1984) e de Marilena Chauí (História do Povo Brasileiro. Brasil. Mito Fundador e Sociedade Autoritária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000), que o identificam como o objeto que não tem uma utilidade prática, mas é valorizado em função do significado que lhe é atribuído (p. 5).
- 7 Esta pergunta foi indicada por Neil Postman em sua palestra, na abertura da XV Conferência Geral do Conselho Internacional de Museus do Conselho Internacional de Museus (HAIA, 1989, p. 5).
- 8 Esta problemática é abordada em “Musealização da Arqueologia: um estudo de modelos para o Projeto Paranapanema” (Bruno, M. C. O. Cadernos de Sociomuseologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, n. 17, p. 8, 1999).
- 9 A menção é apresentada por Roland Schaer (1993, p. 8).
- 10 Para este assunto ver: BARBUY, Heloisa. *A exposição universal de 1889 em Paris*. Série teses. Edições Loyola, São Paulo, 1999; PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Exposições Universais – Espetáculos da Modernidade do Século XIX*. São Paulo: HICITEC, 1997. p. 12.
- 11 O Museu Nacional da Universidade do Rio de Janeiro sofreu um incêndio de grandes proporções, em setembro de 2018, perdendo parte significativa de seu acervo (p. 14).
- 12 Nas comemorações dos 110 anos da Comissão vários documentos foram recuperados e divulgados a partir de diferentes iniciativas das instituições herdeiras, entre os quais, destaca-se “Pesquisando São Paulo: 110 anos de criação da Comissão Geográfica e Geológica”. Governo do Estado de São Paulo, São Paulo, 1996 (p. 17).
- 13 Refiro-me à criação do Serviço de Patrimônio Histórico Artístico Nacional, e ao Decreto Lei no 25, de novembro de 1937, que organiza a proteção ao patrimônio brasileiro. Ao longo de décadas, esse órgão da esfera federal tem desdobrado a legislação preservacionista e atuado em diferentes frentes, ampliando o escopo conceitual e técnico em relação às ações preservacionistas. Outros órgãos federais, estaduais e municipais foram criados com responsabilidades congêneres.
- 14 Refiro-me, em especial, à atuação do Fórum de Acervos Arqueológicos no âmbito da Sociedade de Arqueologia Brasileira.

Referências

ANDRADE, Mario. Museus Populares. *Problemas, Revista Mensal de Cultura*, São Paulo: Departamento de Cultura, Seção Arte. p. 53 -55. jan. 1938.

- BRUNO, Maria Cristina Oliveira; CAHUY, Jupira; FRANCO, Maria Ignêz Mantovani; MAGNANI, José Guilherme; WAKAHARA, Julio Abe. *Exposição São Paulo 450 Anos – uma viagem por dentro da metrópole*. São Paulo: Secretaria da Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo, 2004.
- DOMINGUEZ, Virginia R. The Marketing of Heritage. *American Ethnologist*, Washington, D.C: AE American Ethnologist., v. 13, n. 3, p. 543-555, 1986.
- FARIA, Luiz Castro. Introdução. In: FARIA, Luiz Castro. *Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil. Inventário*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2000. p. 9-20.
- FRANCO, Maria Ignêz Mantovani. *Museu da Cidade de São Paulo: um novo olhar da Sociomuseologia para a Megacidade*. Tese (Doutorado em Museologia) – ULHT Lisboa, Portugal, 2009.
- IANNI, Otávio. A Ideia do Brasil Moderno. *Resgate – Revista Interdisciplinar de Cultura do Centro de Memória da UNICAMP*, Campinas: PAPIRUS, n. 1, p. 19-38, 1990.
- LÉON, Aurora. *El Museo Teoría, praxis y utopia*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1978.
- LOPES, Maria Margarete. *O Brasil Descobre a Pesquisa Científica – os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- MAUS, Marcel. *Manuel d’Ethnographie*. Paris: Payot, réédition, 1967.
- RIBEIRO, Berta. Museu e Memória. *Ciências em Museus*. Belém: CNPq., v. 2, p. 109-122, 1991.
- ROUANET, Paulo Sérgio. O olhar Iluminista. In: ROUANET, Paulo Sérgio. *O Olhar*. São Paulo: Editora Schwarcz Ltda, 1989. p. 125-148.
- SANTOS, Milton. *Território e Sociedade*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1996.
- SCHAER, Roland. *Invention des Musées, Découvertes* Gallimard. Evreux, 1993.
- VAILLANT, Emília. Les Musées de Societé en France: chronologie et définition. In: *Musées et Sociétés – Actes du Colloque National Musées et Sociétés/ Mulhouse-Ungersheim*. Mulhouse: Association Musées sans Frontières, 1991. p. 16-38.

